

O LEGADO OLÍMPICO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CIDADES-SEDE: RIO E BARCELONA

RICARDO VARGAS DOS SANTOS

FGV EBAPE - ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS

ALINE BRÊTAS DE MENEZES

FGV EBAPE - ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS

Agradecimento à órgão de fomento:

Agradecimento especial à FGV EBAPE pelos ensinamentos e aprendizados constantes.

Resumo

O estudo tem como escopo verificar o planejamento das políticas públicas esportivas no período pré-olímpico, verificando como ocorreram no período pós-olímpico na cidade do Rio de Janeiro, comparando com iniciativas da cidade de Barcelona entre 2017 e 2022. Para atingir o objetivo proposto foi realizada uma revisão bibliográfica seguida de uma análise documental de planejamento e execução das políticas públicas esportivas no período pré-olímpico e pós-olímpico. Após a categorização de elementos chave das políticas públicas esportivas, o resultado adverte que o Rio de Janeiro apresentou discrepâncias no planejamento e execução de políticas públicas esportivas. A gestão das suas infraestruturas esportivas do legado olímpico não é padronizada, e o esporte não recebeu alta prioridade nas políticas públicas. Mesmo sendo percebido o investimento no desporto de participação, não houve a união com a gestão do legado olímpico. Comparativamente, Barcelona, possui planejamento participativo de vários setores sociais enfatizando o fomento ao esporte educacional, o papel econômico do esporte e o estímulo à atividade física. Há dificuldades práticas em se considerar todos os *stakeholders* em virtude da limitação de tempo e de recursos; os mais organizados tendem a ser investigados.

Palavras-chave: Legado olímpico. Política pública. Análise de conteúdo. Rio de Janeiro. Barcelona.

Introdução

A era dos megaeventos no Brasil (2002/2016) beneficiou especialmente o Rio de Janeiro. Inspirados por Barcelona, as Olimpíadas de 2016 buscaram criar um legado. Entretanto, há lacunas na análise comparativa desses impactos, sugerindo a necessidade de subsídios para políticas públicas esportivas. O conceito de legado abrange os efeitos positivos esperados desses eventos, como econômicos, urbanísticos, sociais e culturais. Este estudo examina o planejamento e a implementação das políticas esportivas pós-Rio 2016, buscando insights das práticas de Barcelona para enfrentar desafios similares.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Meirelles (2020) identifica diversos problemas na gestão do Legado Olímpico, como abandono e deterioração das instalações olímpicas; acidentes ocorridos nas instalações Olímpicas; descaso do governo com ações de legado e jogos olímpicos; gastos com as instalações e transparência na gestão; negligência da gestão; privatização do legado; promessas de legado não cumpridas; e transição de gestão das instalações. O estudo propõe um diagnóstico das políticas públicas esportivas no Rio de Janeiro pós-2016, comparando com Barcelona (2017-2022), visando melhorar o legado esportivo.

Fundamentação Teórica

A Lei Pelé e a Lei Geral do Esporte regulam o esporte no Brasil, promovendo desde o desporto educacional até o de alto rendimento. A política pública esportiva é multifacetada, influenciada por interesses políticos e econômicos (Nunes e Cunha, 2014; Carneiro et al., 2019). Megaeventos como as Olimpíadas de 2016 destacaram o esporte de rendimento, negligenciando o educacional (Castro e Souza, 2015). Comparativamente, o Brasil enfatiza o alto rendimento, enquanto a Espanha investe mais em programas de acesso ao esporte (Matias, Rocha e Mascarenhas, 2020; Rocha, 2018; Athayde et al., 2022).

Metodologia

A pesquisa adotou abordagem qualitativa e comparativa. Iniciou com revisão bibliográfica em português e inglês sobre megaeventos esportivos, legado olímpico,

políticas públicas. Em seguida, análise documental das políticas esportivas do Rio de Janeiro e Barcelona (2017-2022) nos sites oficiais. Dados foram analisados com o software MAXQDA 2022, usando levantamento de códigos para categorizar elementos-chave das políticas públicas esportivas.

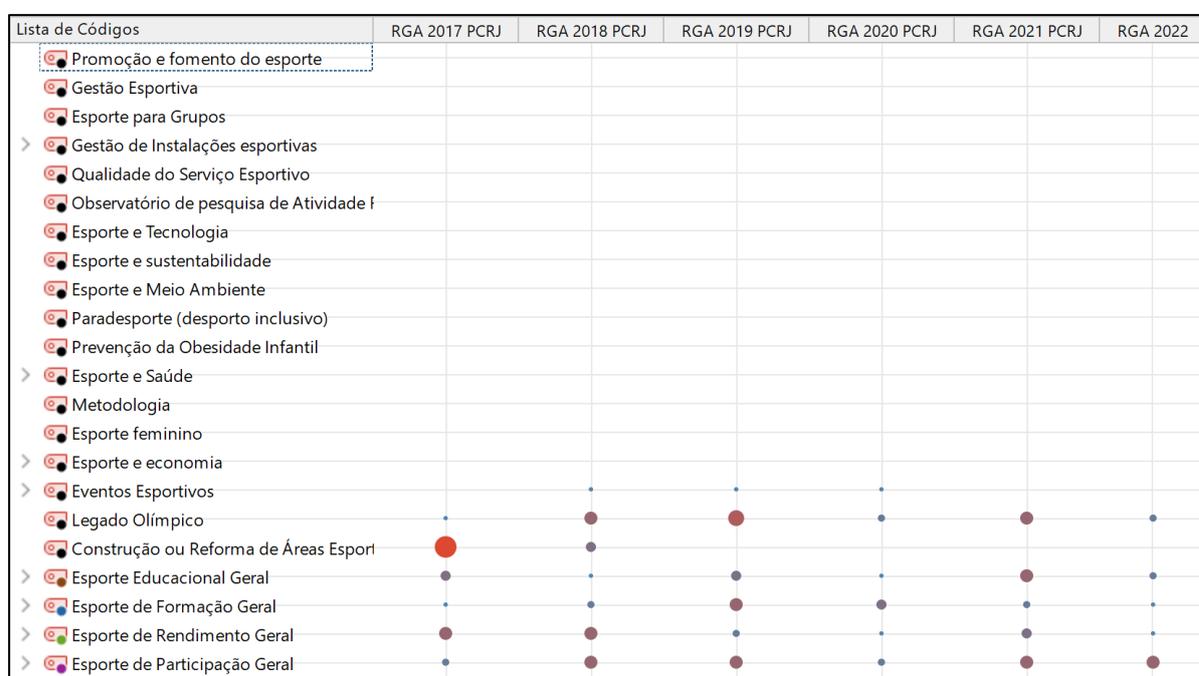
Análise de Resultados

A fase de execução, foram analisados os Relatórios de Gestão e Avaliação (2017-2022), neles pode-se confrontar a execução e o planejamento das políticas públicas esportivas. Os principais programas evidenciados foram: “Rio em Forma”, “Vilas Olímpicas”, “Rio Cidade Ativa” e “Time Rio” da PCRJ. Na administração do CCFEx, o PROFESP, contrapartidas financeiras e as parcerias com entidades esportivas foram confirmadas através de documento da própria instituição que respondeu via Lei de Acesso à Informação (LAI).

Na visualização da Matriz de Códigos da fase de execução analisada, coube destacar uma evolução temporal no período analisado. Em 2017, o código de “Construção ou reformas de áreas esportivas” aparece com muito mais frequência que os demais, seguido de “Esporte de rendimento” e “Esporte Educacional”. Em 2018, os códigos “Legado Olímpico”, “Esporte de Rendimento” e “Esporte de Participação” passam a ganhar notoriedade. Já em 2019, o código “Legado Olímpico” aparece com maior notoriedade, porém o código de “Construção ou reformas de áreas esportivas” desaparece do documento. O ano de 2020, parece ter pouca notoriedade das políticas públicas esportivas, talvez por consequência da pandemia de COVID-19 ocorrida no período, que será item de discussão mais à frente. No ano seguinte, o termo “Esporte de Participação” retoma notoriedade junto com os códigos “Legado Olímpico” e “Esporte Educacional”. Em 2022 os números apontam quase que exclusivamente para o “Esporte de Participação”, sendo também notório nos investimentos recebidos e projetos adotados. Só no ano de 2022, o Programa Rio, Esporte e Movimento gastou R\$ 109.029.760,06 (US\$ 20.896.134,32). Deste total R\$ 77.813.207,45 (US\$ 14.913.315,72) foram para a manutenção do Projeto Rio em Forma, ou seja, este projeto foi responsável por **71,37%** dos gastos do referido programa. O Programa Rio, Esporte e Movimento tem como objetivo resgatar o LO e otimizar o uso dos equipamentos esportivos sob a

responsabilidade do município. Esta ação é realizada através de parcerias com entes públicos e privados, contribuindo para divulgar a importância da prática de atividade física e utilizando os espaços públicos para diversas atividades esportivas. O programa cita ainda que gera ações socioeducativas, que serão voltadas para integração das estruturas da prefeitura como escolas, vilas olímpicas e a estrutura do LO, tudo isto conforme o Relatório de Gestão e Avaliação do Exercício 2022 (PCRJ, 2022). A figura 7 ilustra este resultado

Figura 7: Visualização da Matriz de Códigos da execução – Rio de Janeiro (2017-2022)



Fonte: Elaboração própria através do MAXQDA Analytics Pro 2022.

Ao se criar o Mapa de Códigos nesta etapa, pode-se perceber a ligação e a centralidade do código “Legado Olímpico em relação aos demais. Isso demonstra de forma interpretativa que o código aparece mais vezes nos documentos investigados e, também, está próximo de outros códigos nos textos. A figura 14 do MAXQDA 2022 simboliza este resultado. Um resultado que chamou a atenção na pesquisa é que o termo “educação física” não foi encontrado em nenhum dos documentos analisados.

Para além desta ótica, a estratégia da cidade busca otimizar os espaços esportivos, alcançando três objetivos principais:

I. O uso racional de instalações esportivas convencionais existentes, incluindo as do LO, e análise cuidadosa de novas estruturas na cidade. São avaliados os estudos das redes pública e privada em conjunto;

II. A prática de atividades físicas no meio ambiente da cidade, um cenário que vai desde os espaços urbanos adaptados ao desporto até aos mais naturais, como a praia, o mar, os parques ou a montanha, onde se desenvolvem cada vez mais atividades desportivas com grande potencial de crescimento do número de praticantes;

III. A disponibilização de espaços desportivos aos centros educacionais da cidade, que, além de responderem às suas necessidades curriculares, possam também ser utilizados para estimular o desporto fora do horário escolar.

Estas perspectivas apontam para uma sustentabilidade gerencial das instalações, buscando locais verdadeiramente versáteis e fáceis de utilizar por toda a população.

Na busca de políticas em Barcelona com programas divulgados pelo IBE em seu *site* oficial, restou apresentar as que divulgam processos de andamento e não de planejamento. O resultado ficou apresentado na tabela 8, ressalta-se que estes achados estão de acordo com o divulgado pelo IBE, principal órgão esportivo do município de Barcelona.

Tabela 8: Resumo de programas em andamento promovidos pelo IBE oficialmente.

Área de atuação	Tipo/nome do programa
Barcelona esporte inclusivo	Adaptação do Centros Esportivos Municipais
	Oferta de espaços e atividades esportivas em horário escolar
	Oferta de espaços e atividades esportivas fora do horário escolar
	Competição escolar de esporte adaptado
	Atividades esportivas nas férias escolares (Campus Olímpia)
	Cursos de formação de profissionais no esporte adaptado
Esporte e Gênero	Torneios internacionais de esporte adaptado “ <i>Ciutat de Barcelona</i> ”
	Oferta de atividades em espaço público
Esporte educacional	Mulheres no esporte
	Oferta de espaços esportivos em horários letivos
	Oferta de espaços esportivos fora dos horários letivos
	Atividades esportivas nas férias escolares (Campus Olímpia)
	Protocolos de maus tratos ou abuso de crianças e adolescentes no esporte
Ajudas e descontos	Parceria com a Secretaria de Saúde para promover uma alimentação saudável e orientar profissionais que trabalham na educação física escolar (Programa “ <i>Muévete y come bien!</i> ”
	Tarifas com desconto para estudantes e pessoas com alguma incapacidade física
Esporte nos espaços públicos	Circuito de caminhadas pelos bairros
	Circuito de corridas pela cidade

	Circuito de ginástica Atividades nos parques (Programa “ <i>Activa 7</i> ”) Programa para pessoas com problemas cardiovasculares encaminhadas pelo sistema de saúde “ <i>Nos Movemos</i> ” Programa de parques urbanos (fomenta as práticas de skate, patinação, bicicleta, etc.)
Divulgação de locais para a prática esportiva	Rede de instalações esportivas municipais

Fonte: Elaboração própria, adaptado de IBE (2023).

Entre 2017 e 2022, a execução das políticas esportivas no Rio de Janeiro foi marcada pelos programas "Rio em Forma" e "Vilas Olímpicas", priorizando o legado olímpico. Em 2022, o programa "Rio, Esporte e Movimento" direcionou significativos investimentos em infraestrutura e parcerias, promovendo atividades físicas e sustentabilidade na gestão dos espaços esportivos. Em contraste, Barcelona focou mais no desenvolvimento contínuo de seus programas existentes, priorizando a diversidade de programas e políticas públicas esportivas, segundo o IBE.

Como este caso de estudo de interesse é no contexto brasileiro (Rio de Janeiro), podemos entender que todo e qualquer fomento de prática desportiva inicia com a intervenção estatal. As políticas públicas são uma forma de realizar estas mudanças na sociedade. Nunes e Cunha, (2014) já haviam percebido a importância do Estado e o seu papel, na formulação das políticas públicas esportivas no Brasil.

Em seu dossiê de candidatura, a cidade do Rio de Janeiro estudou as melhorias que beneficiaram outras cidades-sede e prometeu um legado sustentável (COB, 2008). Os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 inovaram em seus projetos ao abordarem a questão do legado olímpico (DEMARZO et al., 2014), mesmo sem ter garantias disto, já que vários fatores dificultam a promoção de legados positivos para a população em geral e para as cidades e países sede (COAKLEY e SOUZA, 2015).

Segundo o estudo de Oliveira (2012), as candidaturas do Rio para os Jogos Olímpicos de 2004 e 2012 tiveram ampla participação de empresas privadas e atores da capital catalã em parceria com as autoridades municipais cariocas. Para a candidatura de 2016, estas intenções permaneceram, sendo que o alinhamento entre diferentes esferas do Poder Executivo (municipal, estadual e federal), do Comitê Olímpico Brasileiro e do setor privado foi o principal fator de sucesso. Diversos atores relevantes de Barcelona 1992 estiveram presentes no planejamento da Rio 2016, se consubstanciando no Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ) intitulado “Rio Sempre Rio”, que almejava repetir a experiência de sucesso espanhola. (PCRJ, 1996)

A discrepância de execução de políticas públicas esportivas no LO do Rio e o pouco

tempo em que ele se desenvolve, sugere que a cidade está em um estágio de maturidade na gestão desse legado. Ainda busca a absorção das infraestruturas esportivas e a implementação de políticas públicas efetivas.

No cenário brasileiro, ressalta-se a carência de legislação esportiva após os Jogos Olímpicos Rio 2016, enfatizando, mais uma vez, a relativa insignificância do tema após o encerramento dos megaeventos. É relevante observar que, em junho de 2023, foi sancionada a Lei Geral do Esporte no Brasil (BRASIL, 2023). No entanto, essa legislação não introduz modificações na perspectiva do Governo Federal em relação ao LO, uma vez que o tema não é mencionado no texto jurídico. No âmbito das manifestações esportivas, destaca-se que o esporte educacional emerge como um tema central e prioritário nas políticas públicas esportivas, alinhando-se aos princípios estabelecidos na Constituição do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988). Contudo, em contraposição a esses dois arcabouços legais, o estudo de Castro e Souza (2015) salienta que o esporte educacional não recebe uma abordagem significativa nas propostas apresentadas, mesmo antes da realização dos JO Rio 2016, sendo corroborado pelos achados deste estudo.

No planejamento de políticas públicas esportivas, a cidade do Rio de Janeiro não apresentou exclusividade ao assunto, o que revela indiferença ao tema. Todavia, existem recursos não ordinários provenientes do pagamento dos *royalties* de exploração do petróleo, haja visto que o Rio de Janeiro possui campos de petróleo na plataforma continental próxima à cidade. (BRASIL, 1989; BRASIL, 1997) Esta fonte de recurso se torna muito importante para o caso singular das despesas do fomento ao esporte da cidade. Para além disto, o município recebe recursos do Ministério do Esporte exclusivamente para a gestão do LO.

Ao analisar os gastos do LO, revelou-se que o Rio não apresenta uniformidade. Uma das razões percebidas é que até 2020 a gestão municipal não era a mesma, haja visto que a troca de governo se deu em 2021. Outro fator político interessante é que a gestão municipal que se elegeu para governar a cidade a partir de 2021 foi a mesma que participou do “momento olímpico”, ou seja, tem interesses mais estreitos com gestão do LO, aproximando os interesses da ciência política no tema. Esta movimentação política em torno dos megaeventos já havia sido anunciada por Whitson e Horne (2006), que enfatizaram que sediar megaeventos é uma forma de união entre as elites políticas e empresariais. Por isso, no ano de 2021, atividades previstas para serem desenvolvidas desde 2017 necessitaram um aporte financeiro robusto por parte da gestão, ocasionando uma diferença substancial de **287%** entre a sequência de anos. A PCRJ não apresentou

dados anteriores a 2021, não sendo possível executar uma análise a médio e longo prazo.

Quando se aprofundou sobre de como as despesas foram utilizadas através da figura 1, o caso do Rio a despesa mais recorrente foi de “Serviços Esportivos”, sendo não linear ao longo dos anos e provavelmente alimentada pela execução serviços no intuito de finalizar planejamentos prévios. No planejamento do Rio de Janeiro não existe um plano específico do esporte, como já dito anteriormente, e isso sugere dúvidas em relação a destinação final das infraestruturas esportivas do LO.

Na execução carioca houve uma priorização de bairros com melhor poder aquisitivo (Barra da Tijuca e Copacabana) ou com o aproveitamento de estruturas pré-existentes (Deodoro e Tijuca). A exceção foi o Parque Radical, construído em área com alta vulnerabilidade social e baixo valor imobiliário, sugerindo que o interesse privado foi consolidado.

É certo que o esporte pode trazer aos indivíduos inúmeros benefícios, no entanto, Nunes e Cunha (2014) observaram controvérsias entre o âmbito teórico e o operacional das políticas nacionais esportivas, em especial, quanto ao real sentido para o qual o esporte é objetivado. Isto quer dizer que a política nacional (no Brasil) como é descrita, torna-se diferente no alcance, em termos de resultado.

Ao analisar a organização ampla de gestão do LO no Rio de Janeiro, verifica-se que não há uniformidade de ações para fomento de políticas públicas, obviamente pela diferença entres os entes gerenciais (PCRJ e EB), que acabam realizando ações bem diferentes no Complexo Olímpico da Barra e no Complexo Olímpico de Deodoro, como Ribeiro (2023) revelou em seu estudo. No caso de Barcelona o seu LO já se mostra bem integrado ao sistema e fazem parte da rede de treinamento municipal como escrito no seu plano (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2013)

Ao direcionar a atenção às análises do software MAXQDA Analytics Pro 2022 pode-se perceber que houve bastante diferença entre o planejamento e a execução das políticas públicas esportivas no Rio de Janeiro. No caso brasileiro o alto gasto em apenas um programa (Programa Rio, Esporte e Movimento) gerou incertezas do sucesso. Pensando sob a ótica das manifestações desportivas existentes na legislação (educacional, rendimento, participação e formação) não foram contempladas uniformemente no planejamento, ficando com maior ênfase o esporte de formação conforme aponta a Figura 5. É de se destacar que houve uma preocupação aparente com o tema “Legado Olímpico”, que refletiu -se na visualização da Figura 6. Em relação aos códigos elencados, cabe revelar que o termo “EDUCAÇÃO FÍSICA” não aparece nenhuma vez em nenhum dos

planos, revelando, talvez uma falta de planejamento do esporte educacional, como Castro e Souza (2015) já haviam concluído em seu estudo. Esta mínima coesão reflete em apontamentos modestos, como revela a Figura 7, em que a área de concentração foi maior em “construção e reformas” sendo, posteriormente, nos programas de esporte de participação. Destaca-se o Projeto Rio em Forma, que utilizou sozinho mais de 77,8 milhões de reais (14,9 milhões de dólares) em 2022.

Os resultados deste estudo basearam-se principalmente em conjuntos de dados abertos fornecidos pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ), pela Prefeitura de Barcelona (*Ajuntament de Barcelona*) e pelo Exército Brasileiro, sendo que a adequação, relevância, atualização, facilidade de manipulação e entendimento necessitam ser melhoradas quando avaliado o Portal Brasileiro de Dados Abertos. Estas limitações foram, também, consideradas para o presente estudo, principalmente no que se refere aos dados brasileiros e no tocante a atualização dos dados.

Este estudo também apresenta algumas limitações que foram consideradas ao interpretar os resultados e as discussões. Primeiramente, a pesquisa se concentra exclusivamente nas instalações esportivas do legado olímpico no Rio de Janeiro na Barra da Tijuca sob gestão do Governo Federal (até 2019) e da PCRJ (2019-2022), bem como em relação ao Complexo Olímpico de Deodoro, abrangendo apenas o corte longitudinal de 2017 a 2022, porém percebeu-se que, em alguns dados não houve continuidade na sua divulgação, o que limitou as comparações com o contexto de Barcelona. Portanto, os resultados e conclusões são apenas diagnósticos de cortes transversais do mesmo período.

Por fim, quando se obteve dados de diferentes fontes, houve um entendimento positivo de análise, porém o fato de eles terem diferentes formas estruturais e metodológicas de apresentarem os resultados gera controvérsia na confiança dos dados. Esta limitação deu-se, principalmente, nos dados brasileiros e em relação aos dados governamentais do Governo Federal e da PCRJ.

Conclusão

O estudo analisou as políticas públicas esportivas no Rio de Janeiro pós-Jogos Olímpicos Rio 2016, destacando a influência da intervenção estatal na promoção da

prática esportiva. Revela-se a falta de legislação específica para o legado olímpico no Brasil, enquanto Barcelona é citada como exemplo de planejamento integrado e eficiente do legado esportivo, com políticas adequadas. A pesquisa aponta disparidades na execução das políticas no Rio, influenciadas por mudanças políticas e financeiras, e destaca a necessidade de maior coesão nos programas de educação física e formação esportiva.

Contribuição/impacto

Recomenda-se buscar novas políticas para o setor esportivo com base em estudos fundamentados, inspirando-se na abordagem transversal e abrangente adotada por Barcelona em seu Plano Estratégico Desportivo. Trabalhos futuros podem incluir pesquisas populacionais atualizadas e uma avaliação das políticas públicas esportivas adotadas pelo Rio de Janeiro, visando entender seu impacto no nível de atividade física da população.

Referências

AJUNTAMENT DE BARCELONA. **Pla Estratègic de l'Esport 2012 - 2022**. Barcelona: [s.n.].

ALMEIDA, B. S. DE *et al.* Do sports mega-events boost public funding in sports programs? The case of Brazil (2004–2015). **International Review for the Sociology of Sport**, v. 53, n. 6, p. 685–705, 1 set. 2018.

ALMEIDA, M. A. B.; JUNIOR, D. DE R. Fenômeno Esporte: Relações com a Qualidade de Vida. *Em*: VILARTA, R.; GUTIERREZ, G. L.; MONTEIRO, M. I. (Eds.). . **Qualidade de vida: evolução dos conceitos e práticas no século XX**. 1ª ed. Campinas: IPES, 2010. p. 11–18.

ATHAYDE, P. F. A. *et al.* Estudo comparado da prática esportiva no Brasil e Espanha: repercussões nas políticas públicas. **Educación Física y Ciencia**, v. 24, n. 3, p. 1–15, 1 ago. 2022.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BOSSCHER, V. DE *et al.* **Sports Policy factors Leading to International Sporting Success: An International Comparative Study**. Oxford: Meyer & Meyer Sport (UK) Ltda., 2007. v. 8

BRASIL. Constituição Federal do Brasil de 1988. . 1988.

____. Lei nº 7990. . 28 dez. 1989.

____. LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997. . 6 ago. 1997.

____. Lei Nº 9615 de 24 de Março de 1998 - “Lei Pelé”. . 24 mar. 1998.

____. LEI Nº 13.155, DE 4 DE AGOSTO DE 2015. . 4 ago. 2015.

____. NORMAS PARA A UTILIZAÇÃO DE IMÓVEIS JURISDICIONADOS AO COMANDO DO EXÉRCITO, CONSIDERADOS BENS E INSTALAÇÕES DO LEGADO OLÍMPICO, SOB O REGIME DE AUTORIZAÇÃO USO, NOS TERMOS DO ARTIGO 43 DO DECRETO 9.466/2018, QUE TRATA DO LEGADO OLÍMPICO E DAS INSTALAÇÕES ESPORTIVAS EM ÁREA MILITAR. . 21 ago. 2020.

____. LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023. . 14 jun. 2023.

____. **Programa Forças no Esporte**. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/programas-sociais/programa-forcas-no-esporte-1>>. Acesso em: 7 out. 2023.

CAMPBELL, D. Will London’s Olympic public health legacy turn todust? **British Medical Journal (BMJ)**, v. 344, n. 7862, p. 1–4, 23 jun. 2012.

CARNEIRO, F. H. S. *et al.* Sports budget in the Dilma government: the primacy of economic interests and the right in the background. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 41, n. 4, p. 343–349, 1 out. 2019.

CARVALHO, C. M. **Esporte como Política Pública: um estudo sobre o processo de formulação da política de esporte no Brasil**. São Carlos: UFSCar, 2013.

CASTRO, S. B. E. DE; SOUZA, D. L. DE. Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016: propostas para o esporte educacional, de participação e de rendimento. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 29, n. 3, p. 507–518, set. 2015.

COAKLEY, J.; SOUZA, D. L. DE. Legados de megaeventos esportivos: considerações a partir de uma perspectiva crítica. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 29, n. 4, p. 675–686, dez. 2015.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. **Dossiê de Candidatura Rio 2016**. Rio de Janeiro: Comitê Olímpico Brasileiro, 2008. v. 3

DEMARZO, M. M. P. *et al.* **Legado olímpico para o Brasil: questão de saúde pública?** *Cadernos de Saude Publica* Fundacao Oswaldo Cruz, , 2014.

GEORGIADIS, K. **15th International Seminar on Olympic Studies for Postgraduate Students** (K. Georgiadis, Ed.)From Athens to Beijing. **Anais...ANCIENT OLYMPIA: International Olympic Academy**, 5 jul. 2007

IBE. **Institut Barcelona Esports**. Disponível em: <<https://ajuntament.barcelona.cat/esports/es>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

IOC. **The Legacy of the Olympic Games 1984-2000** (Miquel de Moragas, Christopher Kennett, & Nuria Puig, Eds.)50th International Symposium. **Anais...Lausanne: International Olympic Committee**, 14 nov. 2002

KING, N. A. **Sport policy and governance: local perspectives**. 1th. ed. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2009.

MASCARENHAS, F. Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunami. **Movimento**, v. 18, n. 01, p. 39–67, jan. 2012.

_____. O Bloco Olímpico: Estado, Organização Esportiva e Mercado na Configuração da Agenda Rio 2016. **Revista da ALESDE**, v. 2, n. 2, p. 15–32, out. 2012.

MATIAS, W. B.; ROCHA, C. C.; MASCARENHAS, F. Atividades Físicas e Esportivas no Brasil e Espanha: Análise Comparada. **Corpoconsciência**, v. 24, n. 2, p. 42–56, ago. 2020.

NUNES, C. DA C.; CUNHA, G. S. V. T. DA. ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS ESPORTIVAS: O CONTEXTO BRASILEIRO. **Revista da ALESDE**, v. 4, n. 2, p. 4–15, set. 2014.

OLIVEIRA, N. G. DE. **O PODER DOS JOGOS E OS JOGOS DE PODER: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo**. Rio de Janeiro: [s.n.].

PAPPOUS, A. Do the Olympic Games Lead to a Sustainable Increase in Grassroots Sport Participation? A Secondary Analysis of Athens 2004. *Em*: SAVERY, J.; GILBERT, K. (Eds.). **Sustainability and Sport**. Illinois: Common Ground, 2011. p. 81–87.

PCRJ. **Plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro - Rio Sempre Rio, PCRJ**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <<http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/687>>. Acesso em: 15 out. 2023

_____. **Plano Estratégico 2021 - 2024**. Rio de Janeiro: [s.n.].

_____. **Despesa Orçamentária: Prefeitura do Rio de Janeiro 2021-2023**. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYTIjNTBmYzktODNiOC00ZDNiLTkyMzYtMWNkNjllOTU2OWYyIiwidCI6IjFhYzIzODdjLTNmNzctNGQ5Yi1hYjYwLTNkM2QxOGFIZTc4ZCJ9&pageName=ReportSection8d63265108fe1f207f4f>>. Acesso em: 9 jun. 2023.

_____. **RELATÓRIO DE GESTÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2022 / 2025 - EXERCÍCIO 2022** Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <<https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=2265433.16354901-8756>>

RIBEIRO, J. C. C. **AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA GESTÃO DO LEGADO OLÍMPICO: Contribuições do Balanced Scorecard (BSC) para o aprimoramento da governança pública**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, jul. 2023.

ROCHA, C. C. **POLÍTICAS PÚBLICAS E ORGANIZAÇÃO ESPORTIVA: ESTUDO COMPARADO BRASIL-ESPANHA**. Brasília: UNB, 5 set. 2018.

ROCHE, M. **Megaevents and modernity: Olympics and expos in the growth of global culture**. London: Routledge, 2000.

SANTOS, L. L. DOS. **Memória do Legado Olímpico - Complexo Esportivo de Deodoro**. Rio de Janeiro: [s.n.].

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

SECCHI, L.; COELHO, F. DE S.; PIRES, V. **Políticas públicas : conceitos, casos práticos, questões de concursos**. 3. ed. ed. São Paulo: Cengage, 2019.

SOLANELLAS, F.; FERRAND, A.; CAMPS, A. **Barcelona 92 A Legacy Case Study**. Mega Event Planning ed. East Lansing: Michigan State University, 2020.

SOUZA, D. L. DE; PAPPOUS, S. Legados esportivos de megaeventos esportivos: uma revisão da literatura. **Motrivivência**, n. 41, p. 42–56, dez. 2013.

TAVARES, O. Megaeventos Esportivos. **Movimento**, v. 17, n. 3, p. 11–35. Porto Alegre 2011.

TOLEDO, R. M.; GRIX, J.; BEGA, M. T. S. Megaeventos esportivos e seus legados: Uma análise dos efeitos institucionais da eleição do Brasil como país-sede. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 56, p. 21–44, dez. 2015.

WHITSON, D.; HORNE, J. The Glocal Politics of Sports Mega-Events Underestimated costs and overestimated benefits? Comparing the outcomes of sports mega-events in Canada and Japan. *Em: The Glocal Politics of Sports Mega-Events*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2006. .